JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.04.04 06:14:32 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 4 de abril de 2024 • Nº 1776 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

FENABRAVE

Vendas de veículos recuam 5,6%

As vendas de veículos tiveram no mês passado queda de 5,6% na comparação com março de 2023. Foram 187,7 mil unidades emplacadas, entre carros de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus. Já na comparação com fevereiro, o mês de março registrou alta de 13,6% na venda de veículos. O balanço foi divulgado ontem, pela Fenabrave, a associação que representa as concessionárias. No acumulado do primeiro trimestre deste ano, o número de veículos vendidos foi de 514,5 mil, uma alta de 9,1% na comparação com o mesmo período de 2023. As vendas de motos tiveram crescimento de 4,6% em março, frente ao mesmo mês do ano passado. No total, 152,67 mil motocicletas foram vendidas no mês passado, conforme balanço divulgado ontem, pela Fenabrave, a associação que representa as concessionárias. PÁGINA 2

HUNGRIA

Vídeo vazado: embaixada demite brasileiros

A Embaixada da Hungria no Brasil demitiu nesta semana dois funcionários brasileiros. Os desligamentos ocorreram após a divulgação de imagens do circuito interno da sede de representação diplomática, em Brasília, que mostram o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no local em fevereiro. As demissões foram informadas pela *CNN Brasil* e confirmados pelo *Estadão* ontem. Imagens divulgadas pelo jornal americano *The New York Times* em 25 de março mostram que Bolsonaro se hospedou na Embaixada húngara entre os dias 12 e 14 de fevereiro. A estadia ocorreu após o ex-presidente e aliados dele terem sido alvos da Operação Tempus Veritatis, deflagrada pela Polícia Federal (PF) em 8 de fevereiro. PÁGINA 4

IBGE

Produção industrial cai 0,3% em fevereiro; 2º mês seguido

IBGE

A produção da indústria brasileira caiu 0,3% em fevereiro. É o segundo mês seguido de baixa. Em janeiro, o desempenho tinha sido de -1,5%. Os dados fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Rio de Janeiro. Em janeiro de 2024, esse acumulado anual era de 0,4%. O nível atual da produção industrial brasileira encontra-se 1,1% abaixo do patamar pré-pandemia, de fevereiro de 2020, e 17,7% inferior ao ponto máximo da série, alcançado em maio de 2011. "O resultado de fevereiro teve perfil disseminado de taxas positivas e foi o mais elevado desde junho de 2021 (12,1%), sendo influenciado não só pela baixa base de comparação, mas também pelo efeito calendário, já que fevereiro de 2024 teve 19 dias úteis, um a mais que fevereiro de 2023", explica o gerente da pesquisa, André Macedo (**foto**). PÁGINA 2

Em SP, produção industrial acumula crescimento de 4,3%

A produção industrial no estado de São Paulo acumula um crescimento de 4,3% no ano, de acordo com dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Mesmo com as duas variações negativas na passagem mensal registradas em janeiro de 2024 (-1,5%) e fevereiro 2024 (-0,3%), o crescimento de 4,3% nos últimos 12 meses se deu devido à base de comparação. Esse resultado mostra elevação da produção mais forte da indústria extrativa (+6,1%).

TRE DO PARANÁ

Magistrado vota pela cassação de Sergio Moro

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná retomou ontem, o julgamento que pode culminar na cassação do senador Sérgio Moro (União-PR), investigado por suposto abuso de poder econômico nas eleições de 2022. O placar está em de 1x1: o relator, desembargador Luciano Carrasco Falavinha, votou contra a perda do mandato do ex-juiz da Operação Lava Jato, sob o entendimento de que 'não foi provado abuso, caixa 2 e nem corrupção'; já o desembargador José Rodrigo Sade entendeu que houve 'patente abuso' no caso, com a 'quebra da isonomia do pleito, comprometendo sua lisura'. Após Sade abrir divergência, a desembargadora Cláudia Cristina Cristofani Pediu vista do casos, suspendendo o julgamento. PÁGINA 4

FRAUDE ELEITORAL

ROQUE DE SÁ/AGENCIA SENADO

Senador bolsonarista Jorge Seif pode ser cassado hoje pelo TSE

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) julga a partir de hoje, uma ação que pede a cassação do senador Jorge Seif (PL-SC) (**foto**) por abuso de poder econômico. A coligação Bora Trabalhar, autora do pedido, diz que o empresário Luciano Hang doou recursos à campanha do bolsonarista sem a respectiva declaração dos valores na prestação de contas à Justiça Eleitoral. O Ministério Público Eleitoral se manifestou pela procedência da ação. Seif nega a irregularidade. Jorge Seif é empresário do setor de pesca industrial e pertence ao "núcleo duro" do bolsonarismo e atuou no governo de Jair Bolsonaro (PL) como secretário nacional de Pesca e Aquicultura. Em 2022, se elegeu senador por Santa Catarina. Se condenado, o parlamentar perderá o mandato e ficará oito anos inelegível. PÁGINA 4

INDICADORES

IBOVESPA: -0,18% / 127.318,39 / -230,13 / Volume: R$ 22.083.268.341 / Negócios: 3.422.435

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
3R PETROLEUMON NM	34.600	+3.78	+1.260
PETRORECSA ON NM	22.040	+4.60	+0.970
GRUPO NATURAON NM	17.85	+3.54	+0.61
CASAS BAHIA ON NM	7.090	+1.87	+0.130
BRADESCO ON EJ N1	12.92	+2.30	+0.29

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
GRUPO SOMA ON NM	6.930	–6.85	–0.510
AREZZO CO ON NM	58.75	–6.18	–3.87
COGNA ON ON NM	2.22	–5.53	–0.13
EZTEC ON ED NM	15.40	–5.11	–0.83
YDUQS PART ON NM	16.84	–4.05	–0.71

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	61.05	–1.44	–0.89
PETROBRAS PN N2	38.42	–0.52	–0.20
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	33.23	–0.75	–0.25
BRADESCO PN EJ N1	14.47	+1.97	+0.28
B3 ON EJ NM	11.70	–0.26	–0.03

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	39.170,24	-1,00
NASDAQ Composite	16.240,449	-0,95
CAC 40	8.130,05	-0,92
FTSE 100	7.935,09	-0,22
DAX	18.283,13	-1,20
Ftse Mib	34.343,61	+0,00

Salário mínimo	R$ 1.412,00
Ufir	R$ 4,3329
Taxa Selic (01/02)	11,25%
Poupança 3 (04/04)	0,5828%
TR (04/04)	0,0824%
IGP-M	-0,47% (mar.)
IPCA-15	0,35% (mar.)
CDI (01/02)	11,15%
OURO BM&F/grama	R$ 375,91
EURO Comercial	Compra: 5,45981 Venda: 5,4605
EURO turismo	Compra: 5,5186 Venda: 5,6986
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,0724 +-0,49%
DÓLAR comercial	Compra: 5,0398 Venda: 5,0404
DÓLAR turismo	Compra: 5,0686 Venda: 5,2486

MERCADOS

Com Powell, Bovespa modera perdas e cede 0,18%; dólar cai 0,35%

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A boa recepção inicial às palavras de ontem do presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, retiraram a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) de perdas em torno de 0,8% no começo da tarde para fechamento ainda negativo, embora mais acomodado - em dia no qual o Índice Bovespa (Ibovespa) não conseguiu acompanhar o sinal de Nova York desde cedo. Ao fim, a referência da B3 mostrava baixa de 0,18%, a 127.318,39 pontos, enquanto o desempenho de NY também perdeu força em direção ao fechamento, entre -0,11% (Dow Jones) e +0,23% (Nasdaq). O dólar, por sua vez, cedeu hoje 0,35%, a R$ 5,0405.

No dia anterior, o Ibovespa havia avançado na contramão de Nova York com o impulso proporcionado pelas gigantes das commodities, Vale e Petrobras, que ontem fecharam em baixa: a ação da mineradora (ON) caiu 1,44% e as da petrolífera recuaram 0,78% (ON) e 0,52% (PN). Em Qingdao (China), o minério de ferro fechou a quarta-feira abaixo de US$ 100 por tonelada, no menor nível desde maio de 2023.

Apesar do sinal negativo de Vale e Petrobras na sessão, setores como o siderúrgico e o de utilities deram contribuição favorável ontem, assim como alguns grandes bancos, como Bradesco (ON +2,3%, PN +1,97%) e Banco do Brasil (+0,39%). No setor metálico, destaque para Gerdau (PN +0,89%, na máxima do dia no fechamento) e entre as utilities, para Eletrobras ON (+0,32%).

Na ponta ganhadora do Ibovespa na sessão, destaque para a recuperação de PetroReconcavo após o tombo de 9% no dia anterior, em meio à aproximação entre 3R Petroleum e Enauta para uma junção de negócios. Ontem, PetroReconcavo subiu 4,6%, à frente da própria 3R Petroleum (+3,78%) e de Natura (+3,54%). No lado oposto, Soma (-6,85%), Arezzo (-6,18%) e Cogna (-5,53%). O giro na B3 ficou em torno de R$ 22 bilhões no fechamento. Na semana, o Ibovespa cai 0,61% e, no ano, cede 5,12%.

DÓLAR CAI 0,35%

O dólar à vista perdeu fôlego ao longo da tarde em meio a declarações do presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, e encerrou a sessão de ontem, em baixa de 0,35%, cotado a R$ 5,0405, com mínima a R$ 5,0368. Pela manhã, a divisa operou descolada do sinal predominante de baixa da moeda americana no exterior e se aproximou R$ 5,10 na máxima (R$ 5,0918), com relatos de saídas de recursos do mercado doméstico.

IBGE

Produção da indústria recua 0,3% em fevereiro

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A produção da indústria brasileira caiu 0,3% em fevereiro. É o segundo mês seguido de baixa. Em janeiro, o desempenho tinha sido de -1,5%. Os dados fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Rio de Janeiro.

Apesar das duas quedas seguidas, no acumulado de 12 meses a indústria nacional apresenta evolução de 1%. Em janeiro de 2024, esse acumulado anual era de 0,4%. O nível atual da produção industrial brasileira encontra-se 1,1% abaixo do patamar pré-pandemia, de fevereiro de 2020, e 17,7% inferior ao ponto máximo da série, alcançado em maio de 2011.

ATIVIDADES

Comparando fevereiro com janeiro deste ano, dez dos 25 ramos industriais pesquisados mostraram redução na produção. As influências negativas mais importantes foram nos itens produtos químicos (-3,5%), indústrias extrativas (-0,9%) e produtos farmoquímicos e farmacêuticos (-6%).

Já entre as atividades que apontaram avanço, veículos automotores, reboques e carrocerias (6,5%) e celulose, papel e produtos de papel (5,8%) exerceram os principais impactos positivos.

No recorte das grandes categorias econômicas, o setor de bens intermediários recuou 1,2%, tendo sido a única taxa negativa dos quatro grupos pesquisados.

Entre os crescimentos, há destaque para o segmento de bens de consumo duráveis, que avançou 3,6% e apontou o crescimento mais acentuado nesse mês, após também avançar em janeiro (1,5%) e dezembro de 2023 (6,6%). Bens de capital (1,8%) e bens de consumo semi e não duráveis (0,4%) também registraram resultados positivos.

Na comparação de fevereiro de 2024 com fevereiro de 2023, houve uma alta de 5%. Nesse tipo de confrontação - mês com o mesmo período do ano anterior - essa foi a sétima alta seguida e a mais expressiva desde junho de 2021 (quando o resultado foi de 12,1%, em um soluço de recuperação parcial dos efeitos da pandemia de Covid-19).

"O resultado de fevereiro teve perfil disseminado de taxas positivas e foi o mais elevado desde junho de 2021 (12,1%), sendo influenciado não só pela baixa base de comparação, mas também pelo efeito calendário, já que fevereiro de 2024 teve 19 dias úteis, um a mais que fevereiro de 2023", explica o gerente da pesquisa, André Macedo.

FENABRAVE

Vendas de veículos caem 5,6% em março ante março de 2023

DANIEL TOZZI MENDES/AE

As vendas de veículos tiveram no mês passado queda de 5,6% na comparação com março de 2023. Foram 187,7 mil unidades emplacadas, entre carros de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus.

Já na comparação com fevereiro, o mês de março registrou alta de 13,6% na venda de veículos.

O balanço foi divulgado ontem, pela Fenabrave, a associação que representa as concessionárias.

No acumulado do primeiro trimestre deste ano, o número de veículos vendidos foi de 514,5 mil, uma alta de 9,1% na comparação com o mesmo período de 2023.

MOTOS

As vendas de motos tiveram crescimento de 4,6% em março, frente ao mesmo mês do ano passado. No total, 152,67 mil motocicletas foram vendidas no mês passado, conforme balanço divulgado ontem, pela Fenabrave, a associação que representa as concessionárias. Na comparação com fevereiro, as vendas cresceram 12%.

No primeiro trimestre deste ano, 432,288 mil motocicletas foram vendidas no Brasil, um crescimento de 21% em relação ao mesmo período de 2023.

O número supera em 14,7% as vendas de carros de passeio, que somaram 376,691 mil unidades entre janeiro e março.

PROJEÇÃO

A Fenabrave segue projetando crescimento de 12% nas vendas de veículos zero quilômetro neste ano. A partir do segundo semestre, porém, há expectativa de que esse aumento seja ainda maior, conforme detalhou ontem o presidente da federação, José Maurício Andreta Júnior, durante a coletiva de apresentação dos dados do setor no primeiro trimestre.

A queda da taxa básica de juros e o aumento de crédito para a pessoa física são citados pelo presidente da Fenabrave como os principais vetores para esse crescimento. "Historicamente sempre tivemos de 60% a 70% das compras de veículos por meio de financiamentos. Essa proporção diminuiu bastante no ano passado, mas deve caminhar de volta para esse nível", frisou.

MDIC

Norte e Centro-Oeste lideram crescimento de empresas exportadoras

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

As regiões Norte e Centro Oeste lideraram o crescimento de empresas brasileiras exportadoras em 2023, divulgou ontem a Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). O órgão elaborou um estudo com base no porte fiscal das empresas e o cruzamento de dados com origem (regiões e estados), produtos vendidos e destino das mercadorias.

No ano passado, o Brasil alcançou o recorde de 28.524 firmas vendendo para o exterior, alta de 2% em relação a 2022. No recorte regional, o Norte teve o maior crescimento percentual: 8,8%. Na sequência, aparecem Centro-Oeste (+8%), Sul (+2,6%) e Sudeste (+1,4%). O Nordeste registrou queda de 1,6% no total de companhias que vendem para o exterior. O resultado foi puxado pelo número de micro e grandes empresas exportadoras: -3,9% e -2,4%, respectivamente. Em compensação, a região registrou o maior crescimento percentual em relação às empresas exportadoras de pequeno porte: 7,5%. Entre as empresas de grande porte, a maior alta percentual ocorreu no Centro-Oeste (+11%). Em relação às microempresas que vendem para o mercado exterior, a maior alta foi registrada no Norte (+10%).

Apesar do crescimento no Norte e no Centro-Oeste, os números absolutos mostram que ainda é muito grande a concentração de firmas exportadoras no Sudeste e no Sul. As duas regiões respondem por 83,6% das microempresas, 88,3% das pequenas e 87,7% das médias e grandes exportadoras.

RANKING

Das 28.524 firmas exportadoras registradas em 2023, segundo o estudo da Secretaria de Comércio Exterior, 59% são médias e grandes, 21,2% são microempresas e 18,9% são de pequeno porte. Há ainda 0,8% de empresas classificadas como não mercantis, categoria que abrange fundações sem fins lucrativos e empresas governamentais.

Em relação ao tamanho da empresa, as médias e grandes exportadoras registraram o maior crescimento percentual em relação a 2022, com 3% de expansão em nível nacional. O número de pequenas exportadoras subiu 1% e o de microempresas caiu 0,1%. Entre os setores de atividade econômica, o destaque ficou com a agropecuária, com crescimento de 7% nas empresas médias e grandes e de 4,5% nas de pequeno porte. A indústria de transformação também cresceu nesses dois segmentos, com expansão de 2,6% e 1%, respectivamente.

Em relação aos destinos dos produtos, a China lidera em todas as categorias, com crescimentos percentuais de 17% .

CONTA DE LUZ

Silveira diz que MP poderá permitir redução de tarifa de energia em 3%

CAIO SPECHOTO/AE

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse ontem, que a medida provisória (MP) que o governo prepara para o setor de transmissão de energia elétrica deve possibilitar uma redução da conta de energia no Brasil em 3% - dependendo da arrecadação, segundo ele, a redução poderia chegar a 5%. Silveira falou no Palácio do Planalto depois de cerimônia para assinatura de contratos de transmissão de energia decorrentes de leilões realizados em 2023.

Ele disse que a MP, que pode ser assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na próxima semana, compatibilizará os prazos das instalações de transmissão de energia com os de produção de energia limpa. O assunto é discutido entre o Executivo e o setor. De acordo com Silveira, deverá ser editada uma única medida provisória.

A MP também deverá, conforme o ministro de Minas e Energia, disponibilizar recursos para conter reajustes nas contas de luz de alguns Estados, como o Amapá. Além disso, o texto deverá autorizar o governo federal a securitizar uma dívida de R$ 26 bilhões devidos pela Eletrobras.

Silveira também afirmou que é importante o governo editar rápido o decreto que prepara com critérios para renovação de concessões de transmissão de energia elétrica. O ministro de Minas disse que pretende espremer "até a última gota" das distribuidoras para melhorar os serviços.

Silveira também voltou a fazer críticas à Enel. Disse que regiões como a Grande São Paulo, com alta densidade populacional, costumam dar menos problemas do que locais mais extensos e menos habitados. Administrada pela Enel, a rede paulistana tem tido uma série de quedas de energia nos últimos meses.

SENTENÇA DEFINITIVA

STF mantém cobrança retroativa de tributos após 'quebra' de decisões

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) manteve, por 7 a 4, a decisão que autorizou a cobrança retroativa de valores não pagos no passado por força de sentença definitiva. Os ministros analisaram recursos contra a decisão de fevereiro do ano passado, quando a Corte deliberou que decisões que autorizaram contribuintes a não pagar tributos perdem eficácia se a Corte se pronunciar, tempos depois, em sentido contrário. Os ministros devem finalizar o julgamento na próxima sessão, desta quinta-feira. Faltou definir a possibilidade de cobrança das multas punitivas e moratórias decorrentes do não pagamento.

No caso concreto, que discutia sobre a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), os ministros entenderam que a cobrança deve retroagir até 2007, data em que o Supremo considerou o tributo constitucional. Os contribuintes pleiteavam a modulação dos efeitos para não permitir que a decisão tivesse efeitos no passado. O impacto é milionário para as empresas envolvidas.

Os recursos foram apresentados pela Têxtil Bezerra de Menezes (TBM), que foi parte no processo, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e pelo Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos (Sinpeq).

Para o relator, Luís Roberto Barroso, as empresas que não voltaram a pagar a CSLL após a decisão do Supremo fizeram uma "aposta". "A partir da publicação da ata da decisão de 2007, já não havia mais dúvida que o tributo era devido", disse.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

PARINTINS AMAZONAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 32.667.691/0001-78

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://diariodoacionista.com.br/caderno-publicacoes-digitais-2/

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	8	4.571	1.124
Títulos e valores mobiliários	9 (i)	8.711	119.678
Concessionárias e permissionárias	10	17.902	-
Ativo de contrato	11	156.808	150.777
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		7.982	4.702
Outros impostos e contribuições a recuperar		2.442	5.804
Outros ativos		320	607
Total do ativo circulante		**198.736**	**282.692**
Títulos e valores mobiliários	9 (ii)	46.918	68.661
Ativo de contrato	11	2.253.363	2.040.507
Outras contas a receber	12	7.561	-
Total do realizável a longo prazo		**2.307.842**	**2.109.168**
Imobilizado		7.034	-
Total do imobilizado		**7.034**	**-**
Total do ativo não circulante		**2.314.876**	**2.109.168**
Total do ativo		**2.513.612**	**2.391.861**

	Nota	2023	2022
Fornecedores	13	78.359	29.593
Financiamento	14	5.328	5.459
Debêntures	15	5.165	24.177
Outros impostos e contribuições a recolher		4.256	4.564
Pis e Cofins diferidos	17	13.884	13.947
Dividendos	20 (c)	12.328	-
Encargos setoriais		713	-
Contas a pagar	16	10.458	4.863
Outros passivos		171	-
Total do passivo circulante		**130.662**	**82.603**
Financiamento	14	782.576	786.879
Debêntures	15	234.091	223.709
Pis e Cofins diferidos	17	208.217	188.747
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	307.439	280.699
Contas a pagar	16	12.185	30.362
Total do passivo não circulante		**1.544.508**	**1.510.396**
Total dos passivos		**1.675.170**	**1.593.000**
Capital social	20 (a)	254.475	254.475
Reserva de lucros	20 (b)	583.967	544.387
Total do patrimônio líquido		**838.442**	**798.862**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.513.612**	**2.391.861**

Demonstrações do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	51.908	237.538
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**51.908**	**237.538**

Demonstrações do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	21	**295.501**	**896.217**
Pessoal		(1.478)	-
Material		(95)	-
Serviços de terceiros		(2.174)	-
Custo de construção	22	(144.670)	(482.076)
Outros		(114)	(2)
Custos operacionais		**(148.531)**	**(482.078)**
Lucro bruto		**146.970**	**414.139**
Pessoal		(333)	-
Serviços de terceiros		(301)	(108)
Outros		(33)	(231)
Despesas operacionais		**(667)**	**(339)**
Resultado antes do resultado financeiro		**146.303**	**413.800**
Receitas financeiras		11.575	17.785
Despesas financeiras		(79.229)	(71.798)
Resultado financeiro	23	**(67.654)**	**(54.013)**
Resultado antes dos impostos		**78.649**	**359.788**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	(26.741)	(122.249)
Imposto de renda e contribuição social		**(26.741)**	**(122.249)**
Lucro líquido do exercício		**51.908**	**237.538**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

			Reservas de lucros					
	Nota	Capital Social	Legal	Retenção de lucros	Lucros a realizar	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**225.372**	**14.973**	**218.907**	**72.969**	**-**	**-**	**532.220**
Aumento de capital por meio de integralização do AFAC	25 (b)	29.103	-	-	-	-	-	29.103
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	237.538	237.538
Reserva legal	20 (b)	-	11.877	-	-	-	(11.877)	-
Reserva de lucros a realizar	20 (b)	-	-	-	56.415	-	(56.415)	-
Retenção de retenção de lucros	20 (b)	-	-	169.246	-	-	(169.246)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**254.475**	**26.850**	**388.153**	**129.384**	**-**	**-**	**798.862**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	51.908	51.908
Reserva legal	20 (b)	-	2.595	-	-	-	(2.595)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20 (c)	-	-	-	-	-	(12.328)	(12.328)
Dividendos adicionais propostos	20 (b)	-	-	-	-	36.985	(36.985)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**254.475**	**29.445**	**388.153**	**129.384**	**36.985**	**-**	**838.442**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxo de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		51.908	237.538
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	26.741	122.249
- Pis e Cofins diferido		19.407	91.350
- Títulos e valores mobiliários - rendimento		(12.125)	(17.660)
- Juros e custo de transação sobre financiamento e debêntures	14/15	78.999	71.161
- Ativo de contrato - remuneração	11	(23.345)	-
		141.585	**504.638**
Variações em:			
- Concessionárias e permissionárias		(17.902)	-
- Ativo de contrato	11	100.825	-
- Impostos e contribuições a recuperar		82	(9.581)
- Outros ativos		(7.274)	200
- Fornecedores		48.766	(1.146)
- Outros impostos e contribuições a recolher		(308)	314
- Encargos setoriais		713	-
- Contas a pagar		(12.582)	(10.001)
- Outros passivos		171	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**254.076**	**484.424**
Financiamentos - pagamento de juros	14	(49.655)	(3.782)
Debêntures - pagamento de juros	15	(36.541)	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**167.880**	**480.642**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários - aplicações		(126.127)	(789.599)
Títulos e valores mobiliários - resgates		270.963	824.844
Imobilizado		(7.034)	-
Ativo de contrato - construção	11	(296.367)	(987.567)
Caixa (utilizado) nas atividades de investimento		**(158.565)**	**(952.322)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital	25 (b)	-	29.103
Financiamentos - captação	14	-	420.682
Financiamentos - pagamento de principal	14	(6.324)	-
Financiamentos - custo de transação	14	456	-
Caixa líquido (utilizado) proveniente das atividades de financiamento		**(5.868)**	**449.785**
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		**3.447**	**(21.895)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.124	23.019
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	**8**	**4.571**	**1.124**

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Contexto operacional: A Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 28 de janeiro de 2019 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. A Companhia entrou parcialmente em operação em maio de 2023 com os trechos da subestação (SE) Oriximiná, LT 230 kV Oriximiná – Juruti e SE Juruti e a entrada em operação comercial de toda a infraestrutura ocorreu em junho de 2023. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia é controlada pela Celeo Redes Expansões S.A ("Celeo Expansões"). **2 Base de preparação: Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 28 de março de 2024. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário. A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas como políticas contábeis materiais (em 31 de dezembro de 2022: "principais políticas contábeis") em determinados casos, de acordo com as alterações. **3.1 Instrumentos financeiros - (a) Reconhecimento e mensuração inicial -** O grupo de contas concessionárias e permissionárias e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(b) Classificação e mensuração subsequente - i. Ativos financeiros -** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (iii) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (iv) ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios -** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **iii. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros -** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas -** iv.1 Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. iv.3 Instrumentos de dívida a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. iv.4 Instrumentos patrimoniais a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas -** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(c) Desreconhecimento - i. Ativos financeiros -** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **ii. Passivos financeiros -** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(d) Compensação -** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(e) Instrumentos financeiros derivativos -** A companhia não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados. **3.2 Ativo de contrato -** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O CPC 47 estabelece, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores. ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, mensalmente, após o término da fase de construção. iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir: i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. **3.3 Ajuste a valor presente de ativos e passivos -** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração da Companhia. **3.4 Imposto de renda e contribuição social -** O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia determinou que, quando aplicável, os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, são contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes -** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos -** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.5 Receitas e despesas financeiras -** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

José Mauricio Scovino de Souza - Diretor Técnico
Marcus Hansen Balata - Diretor Financeiro
Bruno Marcell S. M. Melo - Contador CRC-RJ 111193/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas da Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A - Rio de Janeiro - RJ - **Opinião -** Examinamos as demonstrações financeiras da Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria -** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

continua...

...continuação

parintins amazonas transmissora

PARINTINS AMAZONAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 32.667.691/0001-78

Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente	
Veja as Notas 6.2, 11 e 20 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	**Como auditoria endereçou esse assunto**
O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Companhia para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes como um principal assunto em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de desempenho previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; ii) a avaliação das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, definição da margem de construção e O&M, definição da taxa de desconto e taxa de inflação projetada utilizadas na modelagem inicial do ativo de contrato; iii) avaliamos a atualização da contraprestação variável em função do impacto da atualização das taxas de inflação realizadas incidentes sobre a Receita Anual Permitida (RAP). iv) realizamos o acompanhamento orçamentário com as gastos incorridos, para identificação de eficiência ou ineficiência a ser contabilizada por competência, e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as [práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024

KPMG **KPMG Auditores Independentes Ltda.**
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7

País

TRE do Paraná

Desembargador vota pela cassação de Moro e pela inelegibilidade

Pepita Ortega/AE

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná retomou ontem, o julgamento que pode culminar na cassação do senador Sérgio Moro (União-PR), investigado por suposto abuso de poder econômico nas eleições de 2022.

O placar está em de 1x1: o relator, desembargador Luciano Carrasco Falavinha, votou contra a perda do mandato do ex-juiz da Operação Lava Jato, sob o entendimento de que 'não foi provado abuso, caixa 2 e nem corrupção'; já o desembargador José Rodrigo Sade entendeu que houve 'patente abuso' no caso, com a 'quebra da isonomia do pleito, comprometendo sua lisura'.

Após Sade abrir divergência, a desembargadora Cláudia Cristina Cristofani Pediu vista do casos, suspendendo o julgamento. A análise será retomada na próxima segunda-feira, com a expectativa de conclusão da averiguação do caso no mesmo dia.

O caso ainda pode aportar no Tribunal Superior Eleitoral, em grau de recurso. O TRE estima que, em tal hipótese, os autos sejam remetidos à Corte superior em maio.

Recém-chegado à Corte eleitoral por indicação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Sade fez um paralelo entre futebol e o julgamento de Moro. Apontou que o TRE discute se o senador e seus suplentes teriam 'desrespeitado o fair play financeiro', o teto de gastos. Nessa analogia, a Corte estaria fazendo um 'VAR' do pleito: "o candidato venceu, sua torcida comemorou e estamos avaliando se o gol foi válido".

A avaliação do magistrado é a de que é irrelevante saber se Moro pretendia ou não recorrer ao Senado pelo Paraná, desde o início. Segundo o desembargador, se o candidato escolhe fazer pré-campanha para um cargo maior, deve ter planejamento para que, em casos de mudança para um cargo menor, haja controle de gastos para evitar incorrer em abuso de poder econômico.

Sade entendeu que Moro assumiu risco em começar a gastar como pré-candidato a Presidência expondo-se a impugnação de sua candidatura. Para o desembargador, no caso concreto, Moro investiu mais recursos que os demais candidatos, porque, até determinado ponto, sua base para o teto era maior, gerando 'completo desequilíbrio' para o pleito.

O magistrado ressaltou que não é possível apagar os caminhos que o pré-candidato percorreu.

"Tentando participar de três eleições diferentes, desequilibrou Moro, a seu favor, a última, ao Senado pelo Paraná. E o desequilíbrio decorre da constatação incontroversa de que os demais candidatos não tiveram as mesmas oportunidades de exposição, o que fez toda a diferença".

Para Sade, as provas são contundentes ao mostrar a realidade da pré-campanha de Moro quando de sua filiação ao Podemos e também ao União Brasil. Em seu voto, o desembargador chegou a citar o precedente da senadora Selma Arruda de Mato Grosso.

Hungria

Embaixada demite brasileiros após vazar vídeo de Bolsonaro

Felipe Frazão/AE

A Embaixada da Hungria no Brasil demitiu nesta semana dois funcionários brasileiros. Os desligamentos ocorreram após a divulgação de imagens do circuito interno da sede de representação diplomática, em Brasília, que mostram o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no local em fevereiro.

As demissões foram informadas pela *CNN Brasil* e confirmados pelo *Estadão* ontem.

Imagens divulgadas pelo jornal americano *The New York Times* em 25 de março mostram que Bolsonaro se hospedou na Embaixada húngara entre os dias 12 e 14 de fevereiro. A estadia ocorreu após o ex-presidente e aliados dele terem sido alvos da Operação Tempus Veritatis, deflagrada pela Polícia Federal (PF) em 8 de fevereiro.

O espaço físico de uma embaixada é considerado território inviolável do país de origem. Ou seja, se a Justiça expedisse um mandado de prisão preventiva contra o ex-presidente, a decisão não poderia ser cumprida por ele estar em embaixada internacional. A Hungria é comandada pelo premiê Viktor Orbán, um dos aliados da política externa da gestão Bolsonaro.

Em nota, a defesa do ex-presidente confirmou que ele ficou hospedado na embaixada húngara, mas disse que a visita foi destinada a "manter contatos com autoridades do país". Bolsonaro foi convocado a prestar esclarecimentos sobre o caso ao Supremo Tribunal Federal (STF) e negou que a visita tenha sido uma forma de estar fora do alcance da Justiça nacional.

Fraude eleitoral

Senador bolsonarista Jorge Seif pode ser cassado hoje pelo TSE

Juliano Galisi/AE

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) julga a partir de hoje, uma ação que pede a cassação do senador Jorge Seif (PL-SC) por abuso de poder econômico. A coligação Bora Trabalhar, autora do pedido, diz que o empresário Luciano Hang doou recursos à campanha do bolsonarista sem a respectiva declaração dos valores na prestação de contas à Justiça Eleitoral. O Ministério Público Eleitoral se manifestou pela procedência da ação. Seif nega a irregularidade.

Jorge Seif é empresário do setor de pesca industrial e pertence ao "núcleo duro" do bolsonarismo e atuou no governo de Jair Bolsonaro (PL) como secretário nacional de Pesca e Aquicultura. Em 2022, se elegeu senador por Santa Catarina. Se condenado, o parlamentar perderá o mandato e ficará oito anos inelegível.

A coligação Bora Trabalhar em Santa Catarina, composta pelos partidos União Brasil, Patriota (extinto, fundido ao PRD) e PSD, partido de Raimundo Colombo, ex-governador de Santa Catarina e segundo colocado na disputa ao Senado no Estado, quer que a vaga fique com ele. Seif elegeu-se ao Senado com 1.484.110 votos, enquanto Colombo teve 608.213.

Outra possibilidade é a convocação de eleições suplementares para a escolha de um novo senador. Assim, candidatos que não participaram da disputa em 2022 teriam a oportunidade de se eleger.

A AÇÃO

Segundo a coligação, Seif teria usado estrutura de mídia da rede varejista Havan - como assessoria de imprensa e equipe de produção de vídeos - e cinco aeronaves de Luciano Hang, dono da empresa. O que está em discussão pelos magistrados é se esses serviços, estimados em R$ 380 mil, foram discriminados na prestação de contas apresentada à Justiça Eleitoral.

Em dezembro do ano passado, o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC) rejeitou, por unanimidade, a acusação contra o parlamentar. A desembargadora Maria do Rocio Luz Santa Ritta, relatora da ação, sustentou haver indícios das práticas denunciadas, mas disse que não tinha como estabelecer algum vínculo entre os atos e o resultado da eleição.

Com recurso apresentado pela coligação, o caso passou a tramitar no TSE, onde é relatado pelo ministro Floriano de Azevedo Marques. O TSE é a Corte máxima da Justiça Eleitoral e profere decisões em caráter definitivo. O julgamento ocorre a partir das 10 horas da manhã desta quinta-feira.

Doença

Brasil já tem 1ª vacina contra infecções do VSR

Já está disponível no Brasil a primeira vacina contra o Vírus Sincicial Respiratório (VSR) para pessoas com 60 anos ou mais. O Arexvy, da biofarmacêutica GSK, é o primeiro imunizante aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para esta faixa etária.

A nova vacina tem eficácia de até 82,6% na prevenção das doenças causadas pelo VSR, como infecções pulmonares e das vias aéreas inferiores. Na prevenção de casos mais graves e em pacientes com outras doenças crônicas, o porcentual chega a 94%. O produto atua estimulando o sistema imunológico a combater a infecção.

As doenças provocadas pelo VSR são mais frequentes em crianças, mas a letalidade nos idosos é até 20 vezes maior.

"Arexvy foi projetada e produzida propositalmente para estimular a resposta imunológica contra o VSR em pessoas com 60 anos ou mais. Essa vacina foi a primeira aprovada no mundo e já é disponibilizada em diversos locais como EUA, Japão e Europa", afirma Rodrigo Favoni, Head de Vacinas e HIV da GSK Brasil.

Rachadinha

Operação 'Ganância Maldita' no MA mira pastor Cavalcante

Promotores do Ministério Público do Maranhão fizeram buscas ontem na residência e em outros endereços ligados ao ex-deputado estadual José Alves Cavalcante, o Pastor Cavalcante, sob suspeita de prática de rachadinha em seu antigo gabinete na Assembleia Legislativa.

A força-tarefa, formada por promotores do Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas do Ministério Público do Maranhão (Gaeco), deflagrou etapa ostensiva da Operação Damnare Avaritia (Ganância Maldita) para cumprimento de mandados de busca e apreensão nos municípios de Imperatriz, Açailândia e Governador Edison Lobão.

Os mandados foram cumpridos com o apoio da Polícia Rodoviária Federal, com sete equipes e 42 policiais, e da Polícia Civil, com os delegados e equipes que atuam com o Gaeco em São Luís, Timon e Imperatriz.

A operação contou ainda com o suporte da Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência do Ministério Público maranhense.

As investigações, que estão sendo realizadas pela 2ª Promotoria de Justiça Especializada de Açailândia, cujo titular é o promotor de Justiça Denys Rêgo, apuram denúncias de rachadinha no gabinete de Pastor Cavalcante.

Na ação desta quarta foram apreendidos documentos, bens, computadores, celulares e arma de fogo. Segundo a Promotoria, 'devido à posse irregular da arma, o pastor foi conduzido à delegacia de Polícia de Imperatriz'.

RACHADINHA

De acordo com o procedimento investigatório, o ex-deputado estadual recebia parte do salário dos assessores do seu gabinete da Assembleia Legislativa.

Conhecida como 'rachadinha', a prática era executada por familiares e funcionários de sua confiança, destaca a investigação. "Estas pessoas recebiam grandes quantidades de dinheiro em espécie para realizar depósitos com ou sem identificação", informou a Promotoria.

As investigações também indicam que vários assessores do gabinete do ex-deputado 'sacavam os valores de suas remunerações em espécie em caixas eletrônicos ou na própria agência bancária de forma sistemática, durante o período dos seus vínculos com a Assembleia'.

Além dos imóveis do ex-parlamentar, foram alvo da operação a casa do filho do pastor, Jefte Cavalcante, assim como do tesoureiro das igrejas vinculadas ao líder religioso, José Félix Costa Júnior.

OPERAÇÃO

Damnare Avaritia vem do latim e significa Ganância Maldita, assinalou o Ministério Público em nota sobre a investigação que mira Pastor. "O contexto do maldito vem do versículo de Jeremias 48:10 - maldito aquele que fizer a obra do senhor fraudulosamente, referindo-se à prática do suspeito sobre seus atos usando imagem da igreja", diz a Promotoria.

Manhã Tarde Noite 31º 18º 5% 06:14 18:05 **OUTONO:** Sol com poucas nuvens. Não chove.

MEDO DO BOLSONARISMO

Tarcísio evita encontro com ministro de Lula e Boulos

ZECA FERREIRA/AE

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), não compareceu ao evento de adesão do governo do estado ao programa federal Pé-de-Meia, que pagará mais de R$ 9 mil aos alunos do ensino médio ao longo de três anos. O lançamento simbólico da iniciativa ocorreu ontem, na sede de Secretaria Estadual da Educação, na região central, e contou com a participação do ministro da Educação, Camilo Santana.

Procurado, o governo de São Paulo informou que a ausência se deu por conflito de agenda. No mesmo horário da cerimônia, Tarcísio de Freitas participou da abertura virtual da Conferência Anual de Situação do Hemisfério Ocidental, no Palácio dos Bandeirantes, e, na sequência, uma reunião com Secretário de Parcerias em Investimentos Rafael Benini.

Foi a primeira vez que um governador de estado se ausentou do lançamento do programa. Santana já lançou o programa em 12 estados e no Distrito Federal. Em todas essas ocasiões, os respectivos chefes de Executivo estadual estavam presentes. O secretário estadual da Educação, Renato Feder, também não compareceu ao evento. O vice-governador Felicio Ramuth confirmou que iria ao ato na véspera, porém também se ausentou.

O secretário-executivo estadual da Educação, Vinícius Neiva, foi o representante da gestão Tarcísio no ato. Em sua fala, Neiva comentou sobre a ausência do titular da pasta. "O secretário Renato (Feder) gostaria muito de estar aqui, mas ele teve uma urgência de última hora", disse.

Diferente de Tarcísio, outros governadores de oposição ao governo Lula, como Romeu Zema (Novo), de Minas Gerais, Ronaldo Caiado (União), de Goiás, e Ratinho Júnior (PSD), do Paraná, participaram do lançamento do programa. Nesta semana, Santana ainda vai lançar o programa no Rio de Janeiro e no Ceará.

Pré-candidatos à Prefeitura de São Paulo, o deputado Guilherme Boulos (PSOL) e a deputada Tabata Amaral (PSB) dividiram as atenções durante o evento do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A pré-candidata do PSB, que apresentou o projeto de lei que originou o programa federal, discursou no evento. O pré-candidato do PSOL, por se lado, teve uma participação mais discreta, deixando o local antes do fim da cerimônia.

Autora do projeto de lei que originou o programa Pé-de-Meia, Tabata afirmou que o evento foi um dia histórico em sua vida. Emocionada, a deputada discursou para uma plateia de estudantes do ensino médio. Questionada sobre a presença do adversário Guilherme Boulos no ato, a parlamentar afirmou que o projeto só foi aprovado porque contou com o apoio de todo Congresso Nacional. "Queria, inclusive, que outros deputados estivessem aqui", disse.

Além de Tabata e Boulos, outros parlamentares de esquerda, como os deputados Vicentinho (PT) e Nilto Tatto (PT), também marcaram presença no evento.

Boulos deixou o evento de maneira discreta. Pessoas próximas ao parlamentar avaliaram que a presença dele no lançamento do programa era fundamental para não gerar a impressão de que o pré-candidato do PSOL teria sido escanteado de um evento do governo Lula.

REGIÃO DO MORUMBI

Hospital Sírio-Libanês anuncia nova unidade na cidade de SP

VICTÓRIA RIBEIRO/AE

Nesta quarta-feira, o Hospital Sírio-Libanês anunciou que terá uma nova unidade na cidade de São Paulo a partir de janeiro de 2025. Localizada na região do Morumbi, será a quarta unidade da instituição na capital paulista, que já conta com prédios na Bela Vista, nos Jardins e no Itaim Bibi.

Com um investimento de R$150 milhões, a nova unidade terá 10 mil metros quadrados e ocupará nove andares do novo edifício, localizado no complexo "O Parque", na Avenida Roque Petroni Júnior. O funcionamento vai contemplar o conceito "hospital dia", onde procedimentos e consultas serão agendados previamente.

A nova unidade contará com centro cirúrgico, serviços de oncologia (como consultas e infusões), consultórios e núcleos de especialidades (saúde da mulher, cardiologia) e laboratório de análises clínicas e diagnóstico por imagem. Haverá também serviços de exames cardiológicos, como monitorização ambulatorial da pressão arterial (Mapa), ecocardiograma, eletrocardiograma, teste ergométrico e holter.

Segundo comunicado divulgado pelo hospital, essa expansão faz parte da estratégia do Sírio-Libanês de estabelecer um hospital de alta complexidade e unidades menores em seu entorno. "A inauguração da nova unidade Sírio-Libanês Morumbi representa um marco significativo em nossa estratégia de crescimento, onde visamos duplicar nossa capacidade até 2030", afirmou Paulo Nigro, CEO do sírio-libanês.

Estão previstos oito leitos para atendimento hospitalar diurno, quatro salas cirúrgicas, além de oito boxes para quimioterapia e consultórios. Assim como já ocorre nas unidades do Itaim e Jardins, a nova unidade atenderá diversas operadoras de saúde, com abordagens personalizadas que consideram a localização e as necessidades específicas de saúde e atendimento médico da região.

"Identificamos uma demanda expressiva por serviços médico-hospitalares na região do Morumbi e vemos nesta oportunidade uma forma de levar os serviços e a excelência do Sírio-Libanês mais próximo de nossos pacientes e da comunidade local", explicou Fernando Ganem, diretor-geral do Sírio-Libanês, em comunicado.

Além da nova unidade, a estratégia de expansão da instituição inclui a abertura de 10 a 15 novas clínicas de especialidade nos próximos seis anos. A ideia é definir, até o final deste ano, cidades do interior de São Paulo e do Centro-Oeste para receber parte das novas sedes especializadas. O programa de expansão do Sírio-Libanês contempla também ampliação do hospital de Brasília.

TJ-SP

Tribunal suspende promoção só para mulheres até julgamento de agravo

HEITOR MAZZOCO/AE

Depois de um empate em 11 a 11, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) decidiu, ontem, suspender a promoção de uma juíza com base no critério de merecimento exclusivo para mulheres até julgamento de agravo interno de uma ação em que se pede a anulação do concurso. O presidente da Corte paulista, desembargador Fernando Antonio Torres Garcia, afirmou durante a votação que há risco de "paralisação de toda promoção de segundo grau" diante do impasse Ele disse também que o debate continuará para buscar uma solução e evitar problemas internos no Tribunal de Justiça.

O temor dos desembargadores é a de que a ação, posteriormente, seja julgada procedente e ocorra suspensão do processo exclusivo para juízas. Se isso ocorrer, um juiz terá sido prejudicado pelo critério de merecimento. Em São Paulo, a promoção ocorria, até então, pelos critérios de merecimento (para homens e mulheres) e antiguidade.

"Ao meu ver causa questão de prejudicialidade e já tem agravo regimental interposto que está com desembargador (Gomes) Varjão para ser despachado. Então eu sugeriria que isso ficasse para ser julgado conjuntamente, porque ou se vai entender que a matéria para ser discutida no CNJ ou efeito concreto se concretizará e o mandado de segurança estará prejudicado assim que entrar em pauta. Independente do mérito. A liminar, eu teria concedido até para esse efeito, que se aguardasse para não criar situação dúbia. Veja, se eventualmente alguma dessas indicadas estiver atrás de algum homem, algum juiz que estiver na frente, a vaga já está tomada", disse o desembargador José Damião Pinheiro Machado Cogan.

Ainda de acordo com Cogan, mulheres estão em 42% dos cargos da magistratura paulista de primeiro grau. "O que aconteceu foi que com a extensão da idade para 75 anos, alongou um pouco o prazo para vir para segunda (instância) as mulheres que já estavam na carreira e concorriam em igualdade com os homens. Agora, se a indicação acontecer e for julgada hoje, ela vai criar problema praticamente irreversível e pode ser injusta", completou o magistrado Cogan.

Torres Garcia, que preside o tribunal, afirmou que a questão não deveria ser julgada no Tribunal de Justiça de São Paulo. "Nessa questão estou absolutamente tranquilo. Subscrevi a nota técnica contrária a esse sistema de vaga exclusiva. Subscrevi quando (era) corregedor-geral da Justiça, acompanhando o (ex-) presidente Ricardo Mair Anafe. Depois, começa este biênio e vem a resolução 525 do Conselho Nacional de Justiça. Eu, como presidente da Corte agora, a mim não restava outra alternativa a não ser cumprir a resolução. Com todas as venias, a matéria é constitucional e deveria estar sendo discutida em outro tribunal e não aqui", disse Torres Garcia.

O agravo apresentado nesta semana no TJ-SP é recurso de uma ação protocolada por juízes contrários à resolução do CNJ que determina o concurso de promoção exclusiva para mulheres nos tribunais brasileiros. Liminarmente, o desembargador Gastão Toledo de Campos Mello Filho negou suspender o concurso para promoção de mulheres à segunda instância da Corte. "Indefiro a liminar postulada, visto que não se vislumbra, em princípio, a prática de ilegalidade ou abuso de poder na edição do ato guerreado. Com efeito, ao que parece, pelo menos em análise perfunctória, o ato impugnado apenas conferiu efetividade ao que restou assentado na Resolução acima mencionada", escreveu o desembargador.

ALERTA

Durante votação no Órgão Especial sobre suspensão da promoção para segundo grau exclusiva para juízas, o desembargador Torres Garcia, que votou pela continuidade do certame, alertou aos demais magistrados que o mandado de segurança apresentado por juízes contrários à resolução do CNJ pode demorar para chegar a uma decisão final.

"Já temos aberto concurso para seis vagas. Destas seis, uma é reservada para mulher por meio da resolução 525. Só que, se demora o julgamento do mandado de segurança, os demais serão promovidos e vão passar na frente dessa colega, que hoje está com vaga reservada. Pode ser até que ela venha a ser promovida na promoção seguida. Mas imaginemos que não. Como eu vou tocar os demais cargos vagos antes do julgamento do mandado de segurança? E os que passarem na frente dela? É um problema grande. Há risco de paralisação de todas as promoções de segundo grau, há sim. Vou levar o caso para o Conselho Superior", disse o presidente do TJ.

Ainda segundo Torres Garcia, o mandado de segurança com "inúmeras" litisconsórcios necessários que deverão se manifestar O Código de Processo Civil, entre os artigos 113 e 118, define o litisconsórcio, que é a possibilidade de mais uma parte nos polos ativo ou passivo.

ACIDENTE

Juiz manda arquivar outra vez inquérito sobre morte de Campos

PEPITA ORTEGA
E FAUSTO MACEDO/AE

O juiz Roberto Lemos dos Santos Filho, da 5ª Vara Federal de Santos, no litoral de São Paulo, determinou que o inquérito sobre o acidente de avião que matou o ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos retorne ao arquivo. O magistrado havia remetido o caso para a Procuradoria-Geral da República em razão de um pedido do advogado Antônio Campos, irmão de Eduardo, mas o órgão entendeu que não havia elementos para reabrir a investigação.

Eduardo Campos morreu em agosto de 2014 vítima de um acidente de avião em Santos durante a campanha à Presidência.

O despacho de Roberto Lemos foi assinado na segunda-feira passada, após a decisão da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - instância revisora do órgão - decidir pela homologação de arquivamento do inquérito.

O colegiado entendeu que inexistem elementos necessários a embasar o desarquivamento do caso, conforme pedido por Antônio Campos.

O juiz Roberto Lemos havia encaminhado o caso para a PGR em novembro, para 'assegurar a revisão da investigação e assentar o acerto da conclusão alcançada' - no caso, a negativa do Ministério Público Federal em reabrir o caso após 'fatos novos' apresentados por Antônio Campos à Justiça.

O inquérito sobre a morte de Eduardo Campos foi arquivado em 2019, com resultado inconclusivo. Os investigadores não conseguiram determinar a causa exata da queda da aeronave e definir os responsáveis por eventuais crimes ou falhas, levantando quatro hipóteses para o ocorrido.

O acidente ocorreu à época em que Eduardo Campos era candidato à Presidência da República. Ele cumpria agenda de campanha viajando do Rio de Janeiro para o Guarujá quando o avião, um modelo 560XL da fabricante Cessna Aircraft, caiu em uma região de prédios e casas térreas em Santos.

Em julho passado, quase dez anos após a morte do político, o irmão dele Antônio Campos anunciou que pediria a reabertura do caso. O requerimento tomou como base um parecer técnico de 246 laudas. De acordo com o advogado, a petição levada à Justiça ainda 'traz um roteiro como chegar aos possíveis responsáveis' pelo que chama de 'acidente provocado', com 'indícios de assassinato'.

O Ministério Público Federal em Santos opinou por não reabrir o inquérito. Antônio Campos contestou o parecer, reiterando os 'fatos novos' perante a 5ª Vara Federal de Santos. Foi tal solicitação que o juiz Roberto Lemos enviou à PGR.

A avaliação da 2ª Câmara do MPF seguiu o parecer do primeiro grau do Ministério Público Federal no sentido de que o pedido do irmão de Eduardo Campos 'reproduz exatamente os mesmos fundamentos e requerimentos' de outras petições por ele apresentadas à Justiça.

"Os fatos em questão foram devidamente investigados e não há, até o momento, a apresentação de qualquer prova nova capaz de alterar o panorama fático já apontado. Os principais argumentos trazidos pela petição e pelo parecer independente foram, inclusive, expressamente mencionados no relatório final da investigação", anotou o colegiado.

Nota

MORCEGO INFECTADO COM VÍRUS DA RAIVA É IDENTIFICADO NA LAPA

A Secretaria Municipal da Saúde divulgou ontem, a identificação de um morcego infectado com o vírus da raiva na Lapa, zona oeste de São Paulo. Esse é o quarto caso registrado em morcegos na cidade neste ano. Butantã, Santo Amaro e Santana também apresentaram um caso cada entre fevereiro e março, de acordo com dados da Coordenadoria de Vigilância em Saúde (Covisa). O número já ultrapassa o total registrado em 2023, quando três morcegos infectados foram localizados na cidade. A raiva é uma zoonose, ou seja, uma doença que passa dos animais ao homem e vice-versa, transmitida por um vírus mortal tanto para o homem como para o animal. Ela envolve o sistema nervoso central, podendo levar ao óbito após curta evolução.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS CLASSES SÊNIOR E SUBORDINADA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, LASTREADOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO DEVIDOS POR ADAIR VENDRUSCOLO JÚNIOR

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (Primeira), 2ª (Segunda) e 3ª (Terceira) Séries da 3ª (Terceira) Emissão da Canal Companhia de Securitização, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora", respectivamente), a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário"), ADAIR VENDRUSCOLO, inscrito no CPF/ME nº 142.420.280-91 ("Cedente"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Investidores dos Titulares dos CRA ("AEI"), a ser realizada em 1ª (Primeira) Convocação, nos termos da Cláusula 12.1 e seguintes do *"Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio das Classes Sênior e Subordinada da 3ª (Terceira) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio, devidos por Adair Vendruscolo Júnior"*, celebrado entre a Securitizadora e o Agente Fiduciário em 3 de junho de 2022, conforme aditado ("Termo de Securitização") bem como, nos termos do artigo 25 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60"), no dia 22 de abril de 2024, às 10:00 (dez) horas, de forma exclusivamente digital, inclusive para contabilização dos votos, coordenada pela Securitizadora, conforme previsto no §2º do art. 124 da Lei 6.404/76 e nos termos da Resolução CVM 60 e da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, no que couber ("Resolução CVM 81"), sendo a AEI realizada por meio de videoconferência por meio da plataforma digital *Microsoft Teams*, na qual o acesso será liberado de forma individual após a devida habilitação dos Titulares de CRA, para, nos termos da cláusula 12.5 do Termo de Securitização, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** A autorização para que o Cedente realize, à Cessionária, a cessão, em até 2 (dois) Dias Úteis antes do pagamento da próxima PMT, de **(a)** Contratos Mercantis em montante inferior ao Índice de Cobertura de Cessão Fiduciária, sendo certo que o valor restante será depositado na Conta Centralizadora em moeda corrente nacional, e/ou **(b)** Contratos Mercantis, com ônus ou gravames de qualquer natureza, em detrimento da Cláusula 3.1, (i) do *"Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças"*, celebrado entre a Securitizadora, Adair Vendruscolo, inscrito no CPF sob o nº 142.420.280-91 ("Cedente") e o Adair Vendruscolo Júnior, inscrito no CPF sob o nº 944.779.901-97 ("Devedor"), celebrado em 03 de junho de 2022 ("Contrato de Cessão Fiduciária"), sem que seja caracterizada uma hipótese de Evento de Resgate Antecipado Obrigatório, conforme cláusula 7.3 do Termo de Securitização, e conforme cláusulas 7.2, (i), de cada uma das CPR-Fs (conforme definidas no Termo de Securitização), em virtude do descumprimento de uma obrigação não pecuniária relativa ao Contrato de Cessão Fiduciária. Em caso de aprovação das Ordens do Dia acima, a Emissora e o Agente Fiduciário estarão automaticamente autorizados a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, bem como celebrar quaisquer aditamentos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização) que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia. Instruções Gerais: A AEI será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados, no máximo, em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AEI para os e-mails jma@vortx.com.br e contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AEI – CRA Vendruscolo", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: **a.** quando pessoa física: cópia digitalizada do documento de identidade com foto; **b.** quando pessoa jurídica: (1) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (2) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (3) documentos de identidade com foto dos representantes legais; **c.** quando Fundos de Investimentos: (1) último regulamento consolidado; (2) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observado a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (3) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (4) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e **d.** quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AEI, válido e eficaz, devidamente constituído há menos de 1 (um) ano, de acordo com a Cláusula 12.2.5. do Termo, acompanhado de documentos de identidade com foto dos representantes legais. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (http://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AEI. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 02 de abril de 2024.

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

OUTONO: Sol com algumas nuvens e névoar. Noite com poucas nuvens. Manhã Tarde Noite 31° 21° 5% 06:02 17:48

RESIDÊNCIAS

Relatório pede permanência de 621 famílias no Horto

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

Solenidade no Rio de Janeiro ontem marcou a entrega oficial do relatório produzido pelo grupo técnico de trabalho envolvendo vários órgãos federais que reconheceu a historicidade da comunidade do Horto Florestal no local, na zona sul da capital fluminense. O documento recomenda a permanência de 621 famílias. O relatório indica que só não poderão permanecer as residências que por algum motivo de legislação ambiental não possam continuar ali, mas que seriam realocadas dentro da própria comunidade.

O grupo de trabalho atendeu ao pedido do Ministério Público Federal (MPF) e foi coordenado pela Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas. Ele foi composto por habitantes da comunidade, representantes do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), do Ministério da Cultura e do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico.

O relatório é mais um passo para resolver as disputas que já duram mais de quatro décadas e envolvem, de um lado, as famílias que vivem no local, e de outro, a administração do Jardim Botânico, que reivindicava a posse dos terrenos. Com isso, há centenas de ações na Justiça de reintegração de posse contras as famílias da comunidade do Horto.

"Estamos iniciando um processo de resolução do problema que vem se arrastando ao longo de 40, 50 anos. Nós fizemos um trabalho de identificar os problemas e começar a fazer os encaminhamentos disso. O que fizemos foi uma avaliação do ponto de vista do governo federal que é possível a convivência colocando as regras de respeito à questão ambiental. Isso é o início de um novo processo. Estou muito esperançoso de que a partir da agora a gente possa ter um norte para que possa ter uma solução que respeite a questão ambiental e as pessoas que já estão aqui há tanto tempo", disse o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macêdo.

O MPF propôs essa tentativa de conciliação para encerrar um problema de décadas. "Esse relatório se manifesta favoravelmente à permanência da comunidade do Horto. Reconhece os vínculos históricos dessa comunidade e afasta o risco de remoção que pairou por tantos anos sobre a cabeça dessas famílias. Ele estabelece que [para] 85% da comunidade não há nenhum empecilho para ficar e 15% precisam ter mais estudos porque possivelmente estão em áreas de risco, mas não pelo fato de serem invasores. Ele indica agora um novo caminho para construir essa conciliação e acabar com os processos seja no Tribunal de Contas da União seja no Judiciário", disse o procurador regional dos Direitos do Cidadão no Rio de Janeiro, Júlio José de Araújo Júnior.

O presidente da Associação de Moradores e Amigos do Horto, Fábio Dutra Costa, disse que o próximo passo é a regularização fundiária da comunidade. "Este é mais um passo na nossa longa caminhada em busca da nossa regularização fundiária que a gente vem lutando há décadas. No nosso entendimento, está mais próximo de um desfecho favorável tanto para a comunidade quanto para o próprio Jardim Botânico. Há uma instabilidade porque não há nenhum tipo de titulação. A gente não quer a expansão da comunidade. Queremos continuar do mesmo jeito que está", disse.

"A comunidade é tradicional e quer continuar existindo na sua ancestralidade, na sua cultura. E o Jardim Botânico é uma maravilha do mundo no meio urbano. Ambos queremos a mesma coisa. A comunidade nunca atrapalhou. Estamos juntos num ambiente pacificado de convivência. Podemos construir sinergias e parcerias que vão ajudar muito ao jardim e à comunidade, e podem dar exemplo de convivência de comunidades com biodiversidade ajudando na preservação", afirmou o presidente do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico, Sérgio Besserman.

HISTÓRICO

A comunidade do Horto Florestal foi formada ao longo do século 20 por funcionários de fábricas antigas da região e, depois, por trabalhadores do próprio Instituto de Pesquisa Jardim Botânico. Muitas das pessoas que vivem hoje no local são descendentes desses dois grupos. A partir da década de 1980, a União entrou com 215 ações de reintegração de posse e conseguiu decisão favorável em quase todas. Mas, no contexto da aprovação da nova Constituição de 1988, e os novos entendimentos sobre moradia social e regularização fundiária, apenas três decisões foram executadas.

Em 2006, a Secretaria de Patrimônio da União no Rio de Janeiro (SPU-RJ) apresentou um termo de referência para regularizar áreas da União no estado do Rio de Janeiro. O Jardim Botânico/Horto estava entre elas. Por meio de um convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi apresentado o Projeto de Regularização Cadastral Fundiária e Urbanística para o Assentamento do Horto em 2011.

TERREMOTO

Bem preparada, Taiwan sofre tremor mais forte em 25 anos

Taiwan foi atingida ontem, por seu terremoto mais forte em 25 anos. Pelo menos nove pessoas morreram e 900 ficaram feridas. Edifícios e rodovias foram danificados e o serviço de trens foi interrompido.

Mas para o tamanho do terremoto, 7.4 na escala Richter, que vai até 10, o número de vítimas é considerado baixo - ainda mais em uma ilha com 23 milhões de pessoas e uma altíssima concentração de prédios altos e com muitos moradores.

Terremotos não são uma novidade em Taiwan: a ilha é atingida por dezenas de tremores por ano. A maioria não passa de 5 graus na escala Richter, mas uma dezena deles chega a 6 ou 7.

Mas seu impacto sobre os 23 milhões de habitantes da ilha tem sido relativamente contido graças à sua excelente preparação para terremotos, segundo especialistas.

MUITOS TREMORES

Muitos terremotos letais atingiram Taiwan no século passado. A ilha está localizada em várias falhas ativas, que estão associadas à atividade sísmica. Taiwan fica ao longo do "Anel de Fogo" do Pacífico, a linha de falhas sísmicas que circunda o Oceano Pacífico, onde ocorre a maioria dos terremotos do mundo.

A área é particularmente vulnerável a tremores devido à tensão acumulada pelas interações de duas placas tectônicas, a placa do mar das Filipinas e a placa da Eurásia, que podem levar a liberações repentinas na forma de terremotos.

A paisagem montanhosa da região pode ampliar o tremor do solo, levando a deslizamentos de terra. Vários desses deslizamentos de terra ocorreram na costa leste de Taiwan, perto do epicentro do terremoto de quarta-feira, próximo ao leste do condado de Hualien, quando os detritos caídos atingiram túneis e rodovias, esmagando veículos e causando várias mortes.

BEM PREPARADA

Taiwan melhorou seu nível de preparação ao longo de décadas sofrendo com terremotos destrutivos. Desde a década de 1980, o país aprimorou seu sistema de alerta precoce - para avisar a população sobre terremotos.

Mas depois de dois terremotos marcantes o país revisou suas leis de construção para evitar tragédias. Um terremoto de magnitude 7,6 na região central de Taiwan matou quase 2.500 pessoas em setembro de 1999. O terremoto, que atingiu cerca de 90 milhas ao sul-sudoeste de Taipei, foi o segundo mais letal da história da ilha. Mais de 10.000 pessoas ficaram feridas e mais de 100.000 casas foram destruídas ou danificadas.

O país fez então uma longa revisão de seus códigos de construção e de fiscalização, exigindo que os proprietários de estruturas vulneráveis instalassem reforços, e obrigando novas edificações a ter um rígido sistema de segurança contra tremores. Taiwan criou uma equipe urbana de busca e resgate e abriu vários centros de operações médicas de emergência.

Em 2016, um terremoto de magnitude 6,4 causou o desabamento de um complexo de apartamentos de 17 andares no sudoeste de Taiwan, matando pelo menos 114 pessoas. O governo então ordenou uma onda de inspeções de construções, que tem que ser realizadas a cada dois anos, para evitar tragédias.

O terremoto de ontem foi de 7,2 graus, de acordo com a agência de monitoramento de terremotos de Taiwan, enquanto o U.S Geological Survey (Serviço Geológico dos EUA) o avaliou em 7,4 graus. O terremoto danificou vários edifícios em Hualien, mas causou apenas pequenas perdas na capital Taipei, apesar de ter sido fortemente sentido lá.

O terremoto ocorreu no meio do horário de pico da manhã, mas atrapalhou apenas um pouco o deslocamento regular. Poucos minutos depois, os pais estavam novamente levando seus filhos para a escola e os trabalhadores dirigindo para os escritórios.

"A preparação de Taiwan para terremotos está entre as mais avançadas do mundo", disse à *Associated Press Stephen* Gao, sismólogo e professor da Universidade de Ciência e Tecnologia do Missouri. "A ilha implementou códigos de construção rigorosos, uma rede sismológica de classe mundial e campanhas de educação pública generalizada sobre segurança contra terremotos."

O governo revisa continuamente o nível de resistência a terremotos exigido de edifícios novos e existentes - o que pode aumentar os custos de construção - e oferece subsídios aos residentes dispostos a verificar a resistência a terremotos de seus edifícios.

Após um terremoto em 2016 em Tainan, na costa sudoeste da ilha, cinco pessoas envolvidas na construção de um prédio de apartamentos de 17 andares, que foi a única grande estrutura que desabou, matando dezenas de pessoas, foram consideradas culpadas de negligência e condenadas à prisão.

Taiwan também está promovendo simulações de terremotos em escolas e locais de trabalho, enquanto a mídia pública e os telefones celulares divulgam regularmente avisos sobre terremotos e segurança.

"Essas medidas aumentaram significativamente a resistência de Taiwan a terremotos, ajudando a mitigar o potencial de danos catastróficos e perda de vidas", disse Gao.

CONVÍVIO

Taiwan e as águas marítimas circundantes registraram cerca de 2 000 terremotos com magnitude de 4,0 ou mais desde 1980 e mais de 100 terremotos com magnitude acima de 5,5, de acordo com o USGS

O pior terremoto da ilha nos últimos anos ocorreu em 21 de setembro de 1999, com magnitude de 7,7. Ele causou 2.400 mortes, feriu cerca de 100.000 pessoas e destruiu milhares de edifícios

O último terremoto letal que atingiu o condado de Hualien ocorreu em 2018, derrubando um hotel histórico e outros edifícios.

"Infelizmente, esse alto nível de atividade sísmica continuará por milhões de anos", disse Gao. "Isso ressalta a importância da preparação e da resiliência diante dos riscos sísmicos contínuos ".

Terremoto afeta produção de semicondutores em Taiwan, mas danos são limitados

O terremoto em Taiwan ontem que deixou ao menos nove mortos e mais de 900 feridos, prejudicou a produção de semicondutores no país, por causa da interrupção da fabricação do componente em algumas fábricas.

A paralisação parcial pode impactar a confecção de chips em algumas das principais fabricantes do globo e prejudicar a economia global, segundo a *Bloomberg*. Analistas ouvidos pela agência apontam que alguns chips precisam de operações ininterruptas 24 horas por dia e em todos os dias da semana. Por isso, a interrupção de algumas operações em Taiwan pode significar que alguns produtos tenham sido danificados.

A produção do material em Taiwan é muito importante para a economia global porque o país representa mais da metade do mercado de laptop e dispositivos de rede.

A principal companhia do setor no país, a TSMC (Taiwan Semiconductor Manufacturing Co.), que é a maior fabricante de chips do mundo, afirmou que retirou os funcionários de alguns centros de distribuição por conta de medidas de segurança relacionadas ao terremoto. Apesar disso, a empresa também comunicou que estes funcionários já retornaram ao trabalho. A TSMC fornece chips para empresas como a Apple e a Nvidia.

Em um comunicado enviado ao jornal *South China Morning Post*, de Hong Kong, a empresa estimou que teria uma diminuição de lucro de US$ 60 milhões por conta do terremoto, segundo previsões financeiras para o segundo trimestre. Apesar disso, a TSMC destacou que o impacto seria limitado. De acordo com a Reuters, três instalações da TSMC pelo país sofreram interrupções e poderão atrasar algumas remessas de entregas.

Outras empresas menores do setor como a United Microelectronics Corporation (UMC) também retiraram os funcionários de alguns centros de produção.

TERREMOTO

O tremor de magnitude acima de 7 foi sentido em Taiwan nesta quarta-feira, 3, sacudindo toda a ilha e provocando o desabamento de edifícios. Este foi o maior terremoto sofrido pelo país desde 1999. O abalo sísmico deixou nove mortos e 934 feridos, segundo a Agência Nacional de Bombeiros de Taiwan. A emissora local *United Daily News* apontou que três pessoas que estavam escalando montanhas no Parque Nacional de Taroko morreram em deslizamentos de rochas em Hualien, e que um motorista de van morreu na mesma área quando pedras atingiram o veículo.

As autoridades disseram ter perdido contato com 50 pessoas que estavam em um micro-ônibus no parque nacional depois que o terremoto derrubou as redes telefônicas. Outras seis pessoas ficaram presas em uma mina de carvão e um resgate estava em andamento. O terremoto e os tremores secundários também causaram 24 deslizamentos de terra e danos a 35 estradas, pontes e túneis.

Concessionaria Ponte Rio-Niteroi S.A. - ECOPONTE

Aviso de Licença

Torna público que recebeu do IBAMA, a Licença de Operação Nº 1516/2019 Renovação - 1ª Retificação com validade de 5 anos e 2 meses a partir da primeira emissão, em 25/04/2019, referente a operação da Rodovia BR-101/RJ, no km 321+600 (Ponte Rio-Niterói), ao entroncamento com a Rodovia RJ-071 (Linha Vermelha), no km 334+300, e da passagem subterrânea ("Mergulhão") - Niterói/RJ e da alça de ligação entre a Av. Brasil e a Av. Portuária, no Rio de Janeiro/RJ.

BETAPART PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 02.762.124/0001-30 - NIRE: 33.3.0026109-5
COMPANHIA ABERTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. Ficam os senhores acionistas da Companhia convocados, na forma do Estatuto Social da Companhia, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2024, às 08:30 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 28º andar (parte), Centro, para: (a) em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) destinar o resultado apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (iii) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia, e (b) em Assembleia Geral Extraordinária: (i) fixar o montante global da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024. Os acionistas que desejarem ser representados por procurador deverão depositar os respectivos instrumentos de mandato na sede social Companhia até 2 dias úteis antecedentes à data de realização da Assembleia, sendo que o acionista residente e domiciliado no exterior que for representado por mandatário deverá comprovar a observância do disposto no art. 119 da Lei nº 6.404/76 e demais disposições legais aplicáveis. Os acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas que desejarem participar da Assembleia deverão apresentar extrato emitido em até 2 dias úteis antecedentes à data de realização da Assembleia, contendo a respectiva posição acionária, fornecida pelo órgão custodiante. Os acionistas poderão também votar através do Boletim de Voto à Distância disponibilizado através do site da B3, seguindo as instruções de preenchimento e envio do mesmo. Rio de Janeiro, 2 de abril de 2024. Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim. Presidente do Conselho de Administração.

CONDOMÍNIO CONJUNTO ARQUITETONICO AVENTURA CENTER
CNPJ 050.809.34/0001-02
Convocação para Assembleia Geral Ordinária

Por instruções e em nome do (a) Síndico (a), convocamos e solicitamos o seu comparecimento na Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 22 de abril de 2024, às 10:00 hs em primeira convocação ou, na falta de número legal, às 10:30 hs em segunda convocação com qualquer número, no próprio prédio, a fim de deliberar sobre: a) Prestação de contas e consequente aprovação do exercício findo; b) Previsão das despesas ordinárias e consequente aprovação do orçamento para o exercício em curso; c) Ratificação dos valores gastos nas benfeitorias realizadas na parte frontal do condomínio (pilares laterais, construção de "ilhas" de concreto, recomposição dos canteiros frontais); d) Deliberação sobre nova benfeitoria a ser realizada (reforma dos banheiros públicos); e) Deliberação sobre o fechamento da frente do condomínio com novo gradil; f) Deliberação sobre aumento do pró-labore do síndico, g) Deliberação sobre a obra da junta de dilatação da praça central do condomínio. As pessoas que comparecerem na qualidade de representante de condôminos deverão apresentar as respectivas procurações com firma reconhecida, nos termos do artigo 654 - parágrafo 2º do Código Civil. Esclarecemos aos senhores condôminos ou seus representantes que, de acordo com o Art. 1335 inciso III do Código Civil, não poderão votar nas deliberações da assembleia e delas participar, se não estiverem em dia com o pagamento das cotas vencidas.

Elder Augusto Mesquita Guedes
Síndico

RNBL III Energética S.A.
CNPJ/MF nº 48.067.954/0001-48 – NIRE 33.300.345.507
Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizada em 21/03/2024

Data, Hora e Local: 21/03/2024, na sede social da Companhia, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ, às 09h00. **Convocação e Presença:** Assembleia realizada independentemente de convocação, tendo em vista o comparecimento do acionista detentor da totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli, Presidente e Sr. Guilherme Braga Lacerda, Secretário. **Deliberações: Em Assembleia Geral Ordinária: 1.** Aprovar, em sua íntegra, sem ressalvas ou restrições, as contas da Diretoria Executiva e as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022. **2.** Consignar que não há dividendos a distribuir aos acionistas, referente ao exercício social encerrado em 31/12/2022, tendo em vista a inexistência de lucros apurados nesse período. **3.** Tomar conhecimento da renúncia ao cargo de membro da Diretoria Executiva da Companhia apresentado em 10/10/2023, pelo Sr. **Nilton Leonardo Fernandes Oliveira**, eleito na Escritura Pública de Constituição de Subsidiária Integral, realizada em 02/08/2022, para o cargo de Diretor Vice-Presidente, registrando votos de louvor e agradecimento por toda sua dedicação e pelos serviços prestados à Companhia. **4.** Aprovar para compor a Diretoria Executiva da Companhia, os Srs. **(i) Marcio Varella Calux**, portador da carteira de identidade nº 91875781, DIC/RJ, CPF/MF nº 025.917.327-44, para ocupar o cargo de **Diretor Vice-Presidente**, em substituição ao Sr. Nilton Leonardo Fernandes Oliveira; e **(ii) Flavio Martins Ribeiro**, portador da cédula de identidade nº 7696206, SSP/MG, CPF/MF nº 035.898.606-00, para ocupar o cargo de **Diretor sem denominação específica**; resolve **reeleger** os Srs. **(i) Fernando Mano da Silva**, portador da cédula de identidade nº 50759188, SSP/SP, CPF/MF nº 690.436.121-20, para ocupar o cargo de **Diretor sem denominação específica**; e **(ii) Carlos Gustavo Nogari Andrioli**, portador da cédula de identidade nº 21.793, OAB/PR, e CPF/MF nº 861.403.379-68, para ocupar o cargo de **Diretor Presidente**, todos com prazo de gestão de até 01 ano a contar da assinatura desta ata. **4.1.** O(s) Diretor(es), ora eleito(s), presente(s) à Assembleia, declara(m), sob as penas da lei, que não está(ão) impedido(s), por lei especial, de exercer a administração da Sociedade e nem condenado(s) ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, sendo desde logo investido(s) no(s) cargo(s) para o(s) qual(is) foi(ram) eleito(s). **5.** Aprova e fixa em até R$ 17.000,00 o montante global da remuneração anual dos administradores. **Em Assembleia Geral Extraordinária: 1.** Resolvem aprovar a alteração do artigo 17, parágrafo único do estatuto social, referente à regra sobre o prazo das procurações a serem emitidas pela Companhia. **1.1.** O parágrafo único do artigo 17 do estatuto social da Companhia, passará a vigorar com a seguinte redação: "***Artigo 17.*** *[...]* ***Parágrafo único.*** *As procurações terão sempre prazo determinado, não excedente a 1 ano, salvo aquelas que: (a) contemplarem os poderes da cláusula ad judicia; ou (b) forem outorgadas, no âmbito de financiamentos, tendo como prazo de validade o do contrato a que estiverem vinculadas.*" **2.** Resolve aprovar a consolidação da redação do estatuto social da Companhia. **3.** Lavrar esta ata em forma de sumário. **9. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se esta ata, que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Rio de Janeiro, RJ, 21/03/2024. **Mesa**: **Carlos Gustavo Nogari Andrioli** – Presidente; **Guilherme Braga Lacerda** – Secretário. **Acionista: Elera Renováveis S.A.** (representada por Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Fernando Mano da Silva). Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o arquivamento em 02/04/2024 sob o nº 00006160649 e demais constantes do termo de autenticação. Protocolo 2024/00271316-4 de 21/03/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi – Secretário Geral.